Município

Diamante D'Oeste

descrição

PAF SAÚDE 2018

ACHADO 1

Inexistência de plano de territorialização adequado às necessidades específicas da população.

RECOMENDAÇÃO 1

• Incluir no atual (adendo) e em todos os próximos Planos Municipais de Saúde tópico sobre a territorialização das equipes de atenção básica, levando em consideração os estudos sociais, econômicos, epidemiológicos, assistenciais, culturais e identitários, conforme Diretriz 1.2, II, da Política Nacional de Atenção Básica - PNAB.

ACHADO 2

Planejamento municipal central de saúde que não contribui/direciona o adequado funcionamento das unidades básicas de saúde de forma a garantir o acesso resolutivo à atenção básica.

RECOMENDAÇÃO 2

• Implementação de método de controle biométrico ou outro que possibilite controle confiável e garanta maior assiduidade dos profissionais de saúde, principalmente médicos e enfermeiros.

ACHADO 3

Processo de acolhimento nas unidades básicas de saúde que dificulta o acesso resolutivo à atenção básica.

RECOMENDAÇÃO 3

• Planejamento e adoção de métodos de trabalho que otimizem o atendimento e evitem consultas e encaminhamentos desnecessários.

ACHADO 4

Processo de referência e contrarreferência que dificulta a resolutividade do atendimento em atenção básica.

RECOMENDAÇÃO 4

• Adoção de fluxos de trabalho que garantam a referência e contrarreferência de todos os pacientes encaminhados a outros níveis de atenção;

• Adoção de fluxos de trabalho que estabeleçam vias de comunicação efetivas entre UBSs e entre UBS, centrais de regulação e atenção especializada;

• Incorporação das ferramentas de apoio matricial no processo de trabalho das UBS, de modo a garantir a integração entre os profissionais da atenção básica e profissionais especializados (ex. ações compartilhadas e reuniões periódicas entre as equipes de SF e Núcleos de Apoio à Saúde da Família – NASF).

ACHADO 5

Carteira de serviços ofertadas nas UBS insuficiente para viabilizar o acesso resolutivo à atenção básica.

RECOMENDAÇÃO 5

• Adoção de procedimentos para realizar a coleta e entrega de resultados de exames laboratoriais nas UBS.

ACHADO 6

Equipes de saúde que não realizam visitas domiciliares para assistência à saúde e acompanhamento de acordo com as necessidades dos usuários.

RECOMENDAÇÃO 6

• Adoção de controle unificado dos usuários da UBS que necessitam de consultas domiciliares.

ACHADO 7

Existência de áreas descobertas por equipes ou profissionais de atenção básica.

RECOMENDAÇÃO 7

• Contratação de mais agentes comunitários de saúde para cobertura das microáreas descobertas.

ACHADO 8

Estrutura física das UBS insuficiente para viabilizar o acesso resolutivo à atenção básica.

RECOMENDAÇÃO 8

• Adequação da estrutura física da UBS para possibilitar o acesso adequado às pessoas com deficiência;

• Fixação do mapa de abrangência indicando as regiões de responsabilidade de cada equipe de atenção básica das UBS, conforme preconizado pela Política Nacional de Atenção Básica.

Município

Ouro Verde do Oeste

descrição

PAF 2018 SAÚDE

ACHADO 1

Inexistência de plano de territorialização da saúde adequado às necessidades específicas da população.

RECOMENDAÇÃO 1

• Incluir no atual (adendo) e em todos os próximos Planos Municipais de Saúde tópico sobre a territorialização das equipes de atenção básica, levando em consideração os estudos sociais, econômicos, epidemiológicos, assistenciais, culturais e identitários, conforme Diretriz 1.2, II, da Política Nacional de Atenção Básica - PNAB.

ACHADO 2

Planejamento municipal central de saúde que não contribui/direciona o adequado funcionamento das unidades básicas de saúde de forma a garantir o acesso resolutivo à atenção básica.

RECOMENDAÇÃO 2

• Adoção de medidas que possibilitem a contratação de profissionais médicos;

• Implantação de práticas administrativas que assegurem o cumprimento das funções pertinentes à Estratégia Saúde da Família pelos profissionais a ela atrelados.

ACHADO 3

Processo de acolhimento nas unidades básicas de saúde que dificulta o acesso resolutivo à atenção básica.

RECOMENDAÇÃO 3

• Adoção do método de agendamento de consultas, de modo a evitar o atendimento por ordem de chegada e/ou fila de espera, principalmente no tocante aos serviços odontológicos;

• Revisão do método de agendamento na UBS, para que os atendimentos sejam programados de acordo com estratificação de riscos, contendo ainda dia e horário específicos para as consultas e procedimentos;

• Reserva de espaço na agenda para atendimento de demanda espontânea;

• Viabilizar agendamento de consultas por outro método além do presencial (telefone, e-mail etc.);

• Contratação de Profissionais médicos.

ACHADO 4

Processo de referência e contrarreferência que dificulta a resolutividade do atendimento em atenção básica.

RECOMENDAÇÃO 4

• Adoção de fluxos de trabalho que garantam a referência e contrarreferência de todos os pacientes encaminhados a outros níveis de atenção.

ACHADO 5

Carteira de serviços ofertadas nas UBS insuficiente para viabilizar o acesso resolutivo à atenção básica.

RECOMENDAÇÃO 5

• Realizar diagnóstico junto à população para identificar e fornecer os serviços essenciais à atenção básica de acordo com as necessidades específicas da população de cada área;

• Adoção de procedimentos para realizar a coleta e entrega de resultados de exames laboratoriais nas UBS;

• Prestação de serviços odontológicos diretamente na UBS, podendo intercalar com os atendimentos na unidade Francisca Nery, atendendo toda a população adstrita.

ACHADO 6

Equipes de saúde que não realizam visitas domiciliares para assistência à saúde e acompanhamento de acordo com as necessidades dos usuários.

RECOMENDAÇÃO 6

• Adoção de controle unificado dos usuários da UBS que necessitam de consultas domiciliares;

• Efetiva realização de visitas domiciliares por todos os membros das equipes de atenção básica, conforme a necessidade específica de cada paciente.

ACHADO 7

Existência de áreas descobertas por equipes ou profissionais de atenção básica.

RECOMENDAÇÃO 7

• Contratação de mais agentes comunitários de saúde para cobertura das microáreas descobertas;

• Realocação de pessoal de modo atingir 100% de cobertura;

• Utilização dos Agentes de Combate a Endemias para ampliar a cobertura das equipes de atenção básica.

ACHADO 8

Estrutura física das UBS insuficiente para viabilizar o acesso resolutivo à atenção básica.

RECOMENDAÇÃO 8

• Fixação, em local visível e próximo à entrada da UBS, das informações necessárias aos usuários.

Município

Pato Bragado

descrição

PAF 2018 SAÚDE

ACHADO 1

Inexistência de plano de territorialização da saúde adequado às necessidades específicas da população.

RECOMENDAÇÃO 1

• Incluir no atual (adendo) e em todos os próximos Planos Municipais de Saúde tópico sobre a territorialização das equipes de atenção básica, levando em consideração os estudos sociais, econômicos, epidemiológicos, assistenciais, culturais e identitários, conforme Diretriz 1.2, II, da Política Nacional de Atenção Básica – PNAB.

ACHADO 2

Processo de referência e contrarreferência que dificulta a resolutividade do atendimento em atenção básica.

RECOMENDAÇÃO 2

• Adoção de fluxos de trabalho que estabeleçam vias de comunicação efetivas entre UBSs e entre UBS, centrais de regulação e atenção especializada;

• Incorporação das ferramentas de apoio matricial no processo de trabalho das UBS, de modo a garantir a integração entre os profissionais da atenção básica e profissionais especializados (ex. ações compartilhadas e reuniões periódicas entre as equipes de SF e Núcleos de Apoio à Saúde da Família – NASF).

ACHADO 3

Carteira de serviços ofertadas nas UBS insuficiente para viabilizar o acesso resolutivo à atenção básica.

RECOMENDAÇÃO 3

• Adoção de procedimentos para realizar a coleta e entrega de resultados de exames laboratoriais nas UBS.

ACHADO 4

Equipes de saúde que não realizam visitas domiciliares para assistência à saúde e acompanhamento de acordo com as necessidades dos usuários.

RECOMENDAÇÃO 4

• Adoção de controle unificado dos usuários da UBS que necessitam de consultas domiciliares;

• Realização de planejamento para atendimento das pessoas que não conseguem ou têm dificuldade de se deslocar até a UBS;

• Efetiva realização de visitas domiciliares por todos os membros das equipes de atenção básica, conforme a necessidade específica de cada paciente.

ACHADO 5

Existência de áreas descobertas por equipes ou profissionais de atenção básica.

RECOMENDAÇÃO 5

• Contratação de mais agentes comunitários de saúde para cobertura das microáreas descobertas;

• Contratação de profissional médico para Equipe de Atenção Básica.

ACHADO 6

Estrutura física das UBS insuficiente para viabilizar o acesso resolutivo à atenção básica.

RECOMENDAÇÃO 6

• Adequação da Estrutura Física das UBS de modo a suportar todas as equipes de saúde a elas vinculadas;

• Fixação em local visível e próximo à entrada da UBS a identificação do Gerente da Atenção Básica no território e dos componentes de cada equipe da UBS, conforme preconizado pela PNAB;

• Instalação de corrimão nas rampas de acesso da UBS.

Município

Santa Helena

descrição

PAF 2017 RECEITA PÚBLICA

ACHADOS:

• Inexistência de procedimentos de acompanhamento ou de fiscalização em face dos contribuintes enquadrados no SIMPLES NACIONAL;

• Irregularidades na constituição e cobrança do ISSQN da construção civil;

• Inexistência de procedimentos de acompanhamento ou de fiscalização do ISSQN sobre serviços tributáveis de instituições financeiras e/ou de cartórios;

• Ausência de planejamento das fiscalizações tributárias;

• Ausência de monitoramento /acompanhamento pelo município da arrecadação do ISSQN;

• Ausência de controle dos prazos de inscrição dos créditos em dívida ativa para efeito de ajuizamento de execução fiscal;

• Ausência de procedimento formal (processo administrativo) para cancelamentos dos créditos tributários do ISSQN e da dívida ativa

tributária e Irregularidade na concessão no cancelamento de créditos tributários;

• Irregularidade ou Inexistência de procedimentos de cobrança administrativa de créditos tributários não pagos;

• Ausência de verificação da legalidade, certeza e liquidez dos créditos inscritos em dívida ativa tributária;

• Concessão de benefícios tributários, relacionados ao ISSQN e a dívida ativa tributária, sem observância dos requisitos legais;

• Fragilidade no controle de acesso de usuários do sistema informatizado tributário;

• Inconsistência no registro contábil dos créditos tributários;

• A estrutura da administração tributária municipal é insuficiente para a efetiva cobrança dos créditos tributários;

- Acesse das PÁGINAS 26 a 34 do relatório e confira as recomendações do TCE-PR para corrigir esses achados: http://www1.tce.pr.gov.br/multimidia/2018/3/pdf/00325429.pdf -

Município

São José das Palmeiras

descrição

PAF 2017 EDUCAÇÃO

ACHADOS:

• Inexistência de estimativa eficaz de crianças de 0 a 5 anos para identificação das ações necessárias para o atingimento da Meta 1;

• Ausência de regulamentação da lista de espera;

• Ausência/Ineficácia de Plano de Ação para concretizar as estratégias previstas no PME;

• Inexistência de monitoramento e avaliação das metas e estratégias do PME;

• Inexistência de metas anuais de taxa de atendimento e expansão do número de vagas em creches;

• Inexistência/Insuficiência de mecanismos para planejamento orçamentário e financeiro da área de educação vinculados às Metas e Estratégias do PME;

• Ausência de participação do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb da elaboração do orçamento da área de educação;

• Ausência de participação da comunidade escolar na escolha dos diretores escolares;

• Espaços físicos inadequados para o atendimento dos alunos matriculados na educação infantil;

- Acesse as PÁGINAS 26, 27, 28 E 29 do relatório e confira as recomendações do TCE-PR para corrigir esses achados.

Município

Guaíra

descrição

PAF 2017 SAÚDE

ACHADO:

• Insuficiência de diretrizes, objetivos e metas concretas vinculadas ao acesso;

• Má distribuição territorial/populacional das unidades de saúde;

• Horário de funcionamento das unidades de saúde incompatível com as demandas de acesso da população;

• Agenda de trabalho dos profissionais de saúde que cria barreiras ao acesso resolutivo dos usuários do SUS;

• Carteira de serviços ofertados pelas unidades de saúde insuficiente para atender as demandas da população;

• Insuficiência de profissionais de saúde nas equipes de atenção básica e de Estratégia de Saúde da Família;

• Cobertura das equipes de atenção básica e/ou de Estratégia de Saúde da Família insuficiente;

• Cobertura das equipes de Agentes Comunitários de Saúde insuficiente;

• Qualidade da estrutura física das unidades de saúde insuficiente para o atendimento pleno da demanda de atenção básica do Município;

- Acesse as PÁGINAS 29 E 30 do relatório e confira as recomendações do TCE-PR para corrigir esses achados.

Município

Formosa do Oeste

descrição

PAF 2018 SAÚDE

ACHADO 1

Inexistência de plano de territorialização da saúde adequado às necessidades específicas da população.

RECOMENDAÇÃO 1

• Incluir no atual (adendo) e em todos os próximos Planos Municipais de Saúde tópico sobre a territorialização das equipes de atenção básica, levando em consideração os estudos sociais, econômicos, epidemiológicos, assistenciais, culturais e identitários, conforme Diretriz 1.2, II, da Política Nacional de Atenção Básica - PNAB.

ACHADO 2

Planejamento municipal central de saúde que não contribui/direciona o adequado funcionamento das unidades básicas de saúde de forma a garantir o acesso resolutivo à atenção básica.

RECOMENDAÇÃO 2

• Implantação de sistemas informatizados que possibilitem o acompanhamento do histórico de saúde dos usuários e captação de dados sobre a saúde da população de cada área que possam ser usados no planejamento de ações de saúde.

ACHADO 3

Processo de acolhimento nas unidades básicas de saúde que dificulta o acesso resolutivo à atenção básica.

RECOMENDAÇÃO 3

• Revisão do método de agendamento na UBS, para que os atendimentos sejam programados de acordo com estratificação de riscos, contendo ainda dia e horário específicos para as consultas e procedimentos;

• Reserva de espaço na agenda para atendimento de demanda espontânea por cada equipe específica.

ACHADO 4

Processo de referência e contrarreferência que dificulta a resolutividade do atendimento em atenção básica.

RECOMENDAÇÃO 4

• Adoção de fluxos de trabalho que garantam a referência e contrarreferência de todos os pacientes encaminhados a outros níveis de atenção;

• Adoção de fluxos de trabalho que estabeleçam vias de comunicação efetivas entre UBSs e entre UBS, centrais de regulação e atenção especializada;

• Incorporação das ferramentas de apoio matricial no processo de trabalho das UBS, de modo a garantir a integração entre os profissionais da atenção básica e profissionais especializados (ex. ações compartilhadas e reuniões periódicas entre as equipes de SF e Núcleos de Apoio à Saúde da Família – NASF).

ACHADO 5

Equipes de saúde que não realizam visitas domiciliares para assistência à saúde e acompanhamento de acordo com as necessidades dos usuários.

RECOMENDAÇÃO 5

• Adoção de controle unificado dos usuários da UBS que necessitam de consultas domiciliares;

• Realização de planejamento para atendimento das pessoas que não conseguem ou têm dificuldade de se deslocar até a UBS.

ACHADO 6

Estrutura física das UBS insuficiente para viabilizar o acesso resolutivo à atenção básica.

RECOMENDAÇÃO 6

• Adequação da Estrutura Física das UBS de modo a suportar todas as equipes de saúde a elas vinculadas;

• Adequação da Estrutura Física das UBS de modo a viabilizar a prestação de todos os serviços essenciais à atenção básica.

Município

Iracema do Oeste

descrição

PAF 2017 EDUCAÇÃO

ACHADOS:

• Inexistência de estimativa eficaz de crianças de 0 a 5 anos para identificação das ações necessárias para o atingimento da Meta 1;

• Ausência de publicação da lista de espera para matrícula na educação infantil;

• Inexistência/Insuficiência de mecanismos para planejamento orçamentário e financeiro da área de educação vinculados às Metas e Estratégias do PME;

• Ausência de participação da comunidade escolar na escolha dos diretores escolares;

- Acesse as PÁGINAS 26, 27, 28 E 29 do relatório e confira as recomendações do TCE-PR para corrigir esses achados.

Município

Assis Chateaubriand

descrição

PAF 2017 OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO

Procedimento administrativo: 309100/18

ACHADOS:

• Serviço não atingiu o previsto em projeto e desrespeita o preconizado em norma técnica, portanto deve ser rejeitado, o que ocasionou dano ao erário.

RECOMENDAÇÕES:

• Devolução pela empresa do valor relativo ao dano ao erário apurado;

• Aplicação de multas aos responsáveis pela irregularidade;

• Comprovação da aplicação pela administração municipal das sanções administrativas ao contratado, conforme previsto em contrato, para os casos de inadimplemento contratual, tendo em vista a execução de serviços em desconformidade às especificações técnicas, no caso da não correção e ou finalização dos serviços pendentes;

• Demonstração das ações corretivas efetivadas pela administração municipal no contrato citado, a fim de garantir a vida útil de cinco anos da obra em análise, prevista em projetos e em contrato relacionadas à:

- não conformidade quanto à espessura

- não conformidade quanto à grau de compactação

- não conformidade quanto à resistência à tração por compressão diametral

- não conformidade quanto ao teor de betume;

• Ao Município que adote as seguintes medidas, visando adequar sua equipe técnica de engenharia:

- prover o quadro de servidores da administração municipal com engenheiros/arquitetos, mediante realização de concursos públicos, em quantidades suficientes para atender as necessidades municipais, definindo no edital do concurso as atribuições dos respectivos cargos

- disponibilizar os meios necessários ao pleno desempenho das funções dos servidores técnicos (equipamentos, softwares e veículos)

- oferecer treinamentos específicos voltados ao aprimoramento da equipe técnica, nas áreas relacionadas com o planejamento, contratação, execução e fiscalização de projetos e de obras públicas;

• Conversão em Tomada de Contas Extraordinária.

Município

Braganey

descrição

PAF 2017 EDUCAÇÃO

ACHADOS:

• Inexistência de estimativa eficaz de crianças de 0 a 5 anos para identificação das ações necessárias para o atingimento da Meta 1;

• Inexistência/Ineficácia dos procedimentos de busca ativa para identificação e matrícula das crianças de 4 a 5 anos de famílias que não buscaram vaga de forma voluntária;

• A demanda manifesta das crianças de 0 a 3 anos não é registrada de modo unificado;

• Ausência de regulamentação da lista de espera;

• Ausência de publicação da lista de espera para matrícula na educação infantil;

• Ausência de divulgação à população da obrigatoriedade de matricular todas as crianças de 4 a 5 anos de idade;

• Ausência/Ineficácia de Plano de Ação para concretizar as estratégias previstas no PME;

• Inexistência de monitoramento e avaliação das metas e estratégias do PME;

• Inexistência/Insuficiência de mecanismos para planejamento orçamentário e financeiro da área de educação vinculados às Metas e Estratégias do PME;

• Ausência de participação da Secretaria Municipal de Educação na elaboração do PPA e da LOA;

• Ausência de participação do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb da elaboração do orçamento da área de educação;

• Espaços físicos inadequados para o atendimento dos alunos matriculados na educação infantil;

• Ausência de licença válida do Corpo de Bombeiros das unidades de educação infantil;

- Acesse as PÁGINAS 26, 27, 28 E 29 do relatório e confira as recomendações do TCE-PR para corrigir esses achados.

Município

Corbélia

descrição

PAF 2017 MEIO AMBIENTE

ACHADOS:

• Antiga área de disposição final sem remediação ambiental;

- Acesse das PÁGINAS 39 a 42 do relatório e confira as recomendações do TCE-PR para corrigir esses achados.

Nome

Cascavel

descrição

PAF 2017 OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO

Procedimento administrativo: 253407/18

ACHADOS:

• Pagamentos de serviços que não atendem as conformidades presentes no Contrato, nos Projetos, nas Especificações Técnicas e nas Normas Técnicas relacionadas à execução de pavimentos, com base em medições elaboradas e atestadas pela fiscalização apropriando serviços executados pelo contratado com vícios construtivos, resultando em dano ao erário.

RECOMENDAÇÕES (Preventivas)

• Inspecionar as instalações da usina responsável pelo fornecimento da massa asfáltica certificando-se da qualidade dos insumos e verificando se os equipamentos estão operando perfeitamente;

• Aprimorar o controle da massa asfáltica comparando as temperaturas do agregado (silo quente da usina), do ligante (usina) e da mistura (no momento da saída do misturador) e compará-las com as especificadas em projeto, sendo a tolerância de (+-) 5º C;

• Verificar diligentemente se o traço de projeto corresponde ao utilizado pelos operadores;

• Comparar os resultados dos ensaios Marshall com os dados no traço de projeto;

• Coletar material da pista após serviços da vibroacabadora e verificar com rigorismo técnico os ensaios de: percentual de betume; granulometria; Marshall e de tração por compressão diametral, de acordo com o número mínimo e periodicidades descritas em normas;

• Aprimorar o controle sobre a espessura das camadas de ligação e rolamento após o espalhamento da massa pela vibroacabadora;

• Providenciar as devidas assinaturas entre as partes, sem negligenciar a ausência das subscrições cabíveis à empresa contratada nos seguintes documentos: diário de obras, boletins de medição de serviços e termos de recebimento de obras;

• Promover a contínua capacitação dos técnicos responsáveis oferecendo-lhes treinamentos específicos para que as obras públicas e serviços de Engenharia, em especial na área de pavimentação, sejam executadas de acordo com os preceitos normativos. As áreas voltadas à geotecnia e topografia devem ser aperfeiçoadas;

• Propiciar materiais, equipamentos, ferramentas operacionais e meios de locomoção adequados aos técnicos do Município para o exercício das atribuições técnicas que lhes competem. Equipamentos de informática e softwares devem ser disponibilizados em número suficiente e adequados aos serviços de Engenharia;

• Distribuir as tarefas e serviços de fiscalização compatíveis com a capacidade técnica operacional e força de trabalho existente;

• Promover a contratação de técnicos (engenheiros / arquitetos), como servidores efetivos, para suprir as necessidades de fiscalização das obras e de gestão dos contratos de obras públicas;

• Verificar e refinar a apuração de qualidade e capacidade técnica na contratação de empresas para pavimentação;

• Elaborar diário de obras, anotando-se os registros durante todo o período de execução da obra, inclusive no estágio de preparação da finalização da obra (termos de recebimento provisório e definitivo), contendo todos os apontamentos e ocorrências relacionadas com o objeto contratual;

• Desenvolver planos de manutenção e preservação do patrimônio por parte do município e verificar causas de desgaste, deterioração, mau funcionamento das instalações, etc. para virtual acionamento da garantia quinquenal das obras, cuja previsão deverá constar em contrato.

RECOMENDAÇÕES (acerca das irregularidades):

• Conversão em Tomada de Contas Extraordinária objetivando:

- devolução pela empresa dos valores recebidos indevidamente

- aplicação de multas aos responsáveis pelo dano ao erário identificado

- demonstração das ações corretivas efetivadas pela administração municipal para a regularização do pavimento nas áreas em que foram constatadas camadas com espessuras de CBUQ inferiores às projetadas e contratadas.

Município

Capitão Leônidas Marques

descrição

PAF 2016 EDUCAÇÃO

ACHADO 1

• Inexistência de estimativa de impacto orçamentário e financeiro decorrentes das estratégias do PME referentes à universalização do atendimento de crianças de 4 a 5 anos.

RECOMENDAÇÃO 1

• Que seja elaborado pelo Município o estudo e planejamento do impacto orçamentário e financeiro decorrentes das estratégias do PME referentes à universalização do atendimento de crianças de 4 a 5.

ACHADO 2

• Deficiência dos procedimentos para realização de busca ativa.

RECOMENDAÇÃO 2

• Que o Município efetive ações no sentido de realizar a busca ativa, em parceria com os órgãos municipais de assistência social, saúde e proteção à infância, com foco na população socialmente vulnerável e na residente em áreas rurais.

ACHADO 3

• Instrumento ineficaz de registro da demanda manifesta (fila de espera).

RECOMENDAÇÃO 3

• Que o Município adote registro de demanda manifesta padrão, contendo informações das crianças em fila de espera que podem impactar no controle da demanda, como condição socioeconômica da família, se PCD, se em situação de risco, endereço, etc.

ACHADO 4

• Ausência de publicação da lista de espera para matrícula na educação infantil.

RECOMENDAÇÃO 4

• Que o Município, através da Secretaria de Educação, publique a lista de espera de vagas nas creches, com os devidos critérios de priorização, e de maneira unificada, contendo dados de todas as Unidades da Educação Infantil do Município, haja vista que na oportunidade da Inspeção, foi constatado pela equipe que existiam algumas listas locais, segregadas por CMEI, afixadas nos Editais de cada Unidade.

ACHADO 5

• Deficiência do Plano de Ação para concretizar as estratégias previstas no PME.

RECOMENDAÇÃO 5

• Que o Município aperfeiçoe seu plano de ação, o qual é voltado ao atingimento da Meta 01 do PME, de modo a organizar as ações necessárias à realização das estratégias já definidas no PME, inclusive contendo cronograma de execução, agentes responsáveis e marcos de controle para acompanhamento de sua execução.

ACHADO 6

• Controle e acompanhamento do PME inexistentes.

RECOMENDAÇÃO 6

• Que a Secretaria Municipal de Educação implemente ações e abra fóruns/espaços de discussão com o objetivo de monitorar e discutir a execução das ações do Plano de Ação de atingimento das metas e implementação das estratégias do PME e do PNE.

ACHADO 7

• Espaços físicos inadequados para o atendimento dos alunos matriculados na educação infantil.

RECOMENDAÇÃO 7

• Que o Município adote ações no sentido de: (i) obter os alvarás de funcionamento do Corpo de Bombeiros e as Licenças da Vigilância Sanitária de todos os estabelecimentos de ensino vistoriados, (ii) realizar melhorias nas instalações físicas em todos os estabelecimentos voltadas

para o atendimento de pessoas com deficiência; (iii) instalar proteção em todas as luminárias de modo a evitar a queda de lâmpadas sobre os alunos; (iv) instalar proteção nas janelas próximas aos pátios e proteger tomadas que fiquem ao alcance das crianças; (v) instalar vasos sanitários e lavatórios em tamanho e quantidade adequados para crianças em idade pré-escolar em todos os estabelecimentos com turmas de pré-escola (1 lavatório e 1 vaso para cada 15 alunos), (vi) eliminar as infiltrações na laje do CMEI Primavera.

Município

Lindoeste

descrição

PAF 2018 SAÚDE

ACHADO 1

Inexistência de plano de territorialização da saúde adequado às necessidades específicas da população.

RECOMENDAÇÃO 1

• Incluir no atual (adendo) e em todos os próximos Planos Municipais de Saúde tópico sobre a territorialização das equipes de atenção básica, levando em consideração os estudos sociais, econômicos, epidemiológicos,

assistenciais, culturais e identitários, conforme Diretriz 1.2, II, da Política Nacional de Atenção Básica - PNAB.

ACHADO 2

Planejamento municipal central de saúde que não contribui/direciona o adequado funcionamento das unidades básicas de saúde de forma a garantir o acesso resolutivo à atenção básica.

RECOMENDAÇÃO 2

• Realização de diagnóstico junto à população com o objetivo de identificar os horários de maior movimento e estabelecer horários de atendimento alternativos de acordo com as necessidades da população de cada área;

• Implantação de método de controle biométrico ou outro que possibilite controle confiável e garanta maior assiduidade dos profissionais de saúde, principalmente médicos e enfermeiros;

• Implantação de sistemas informatizados que possibilitem o acompanhamento do histórico de saúde dos usuários e captação de dados sobre a saúde da população de cada área que possam ser usados no planejamento de ações de saúde.

ACHADO 3

Processo de acolhimento nas unidades básicas de saúde que dificulta o acesso resolutivo à atenção básica.

RECOMENDAÇÃO 3

• Estabelecimento de procedimentos operacionais padrão que padronizem os processos de trabalho nas UBS, de modo a melhorar a eficiência do atendimento com o objetivo de garantir maior acesso aos usuários do SUS [ex. adoção de procedimentos que facilitem a reconsulta após realização de exames laboratoriais].

ACHADO 4

Processo de referência e contrarreferência que dificulta a resolutividade do atendimento em atenção básica.

RECOMENDAÇÃO 4

• Adoção de fluxos de trabalho que garantam a referência e contrarreferência de todos os pacientes encaminhados a outros níveis de atenção;

• Adoção de fluxos de trabalho que estabeleçam vias de comunicação efetivas entre UBSs e entre UBS, centrais de regulação e atenção especializada;

• Incorporação das ferramentas de apoio matricial no processo de trabalho das UBS, de modo a garantir a integração entre os profissionais da atenção básica e profissionais especializados (ex. ações compartilhadas e reuniões periódicas entre as equipes de SF e Núcleos de Apoio à Saúde da Família – NASF).

ACHADO 5

Carteira de serviços ofertadas nas UBS insuficiente para viabilizar o acesso resolutivo à atenção básica.

RECOMENDAÇÃO 5

• Adoção de procedimentos para realizar a coleta e entrega de resultados de exames laboratoriais nas UBS.

ACHADO 6

Equipes de saúde que não realizam visitas domiciliares para assistência à saúde e acompanhamento de acordo com as necessidades dos usuários.

RECOMENDAÇÃO 6

• Adoção de controle unificado dos usuários da UBS que necessitam de consultas domiciliares;

• Realização de planejamento para atendimento das pessoas que não conseguem ou têm dificuldade de se deslocar até a UBS;

• Efetiva realização de visitas domiciliares por todos os membros das equipes de atenção básica, conforme a necessidade específica de cada paciente.

ACHADO 7

Existência de áreas descobertas por equipes ou profissionais de atenção básica.

RECOMENDAÇÃO 7

• Contratação de mais agentes comunitários de saúde para cobertura das microáreas descobertas e de auxiliar e ou técnico em saúde bucal.

ACHADO 8

Estrutura física das UBS insuficiente para viabilizar o acesso resolutivo à atenção básica.

RECOMENDAÇÃO 8

• Fixação do mapa de abrangência com a designação das áreas de responsabilidade de cada equipe de atenção básica/saúde da família do Município.

Município

Missal

descrição

PAF 2018 RECEITA PÚBLICA

ACHADO 1

Inexistência de procedimentos de fiscalização dos contribuintes enquadrados no Simples Nacional.

RECOMENDAÇÃO 1

• Implantar e implementar fiscalização dos contribuintes enquadrados no Simples Nacional de modo a verificar situações que impliquem no não recolhimento do ISSQN pelo Simples Nacional.

ACHADO 2

Inexistência de procedimentos de fiscalização dos créditos do ISSQN relativos aos serviços de registros públicos, cartorários e notariais.

RECOMENDAÇÃO 2

• Realizar fiscalização sobre o faturamento dos serviços cartorários dos exercícios de 2013 a 2017 com finalidade de realizar lançamento e exigir o ISSQN de eventuais créditos antes de transcorrido o prazo decadencial;

• Implantar e implementar procedimentos de fiscalização nos cartórios de modo a possibilitar o cálculo adequado do ISSQN devido.

ACHADO 3

Inexistência de procedimento capaz de aferir regularmente a movimentação econômica das instituições bancárias para fins de constituição do ISSQN.

RECOMENDAÇÃO 3

• Implantar e implementar procedimentos de fiscalização nas Instituições Financeiras, buscando apurar e lançar o imposto com base na movimentação econômica informada na COSIF (Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional) ou em outra declaração obrigatória que venha a ser instituída.

ACHADO 4

Os controles existentes não asseguram a execução tempestiva dos créditos tributários vencidos.

RECOMENDAÇÃO 4

• Implantar e implementar procedimentos no Setor de Tributação e Procuradoria Jurídica para acompanhar os créditos exigíveis para inscrição em dívida ativa e sua posterior execução fiscal antes de findo o prazo prescricional previsto no artigo 174 do CTN.

ACHADO 5

Ausência de verificação da legalidade, certeza e liquidez dos créditos inscritos em dívida ativa tributária

RECOMENDAÇÃO 5

• Implantar e implementar procedimentos de verificação da legalidade, certeza e liquidez dos créditos inscritos em dívida ativa tributária por parte do setor responsável pela referida inscrição.

ACHADO 6

Deficiência na cobrança administrativa de créditos tributários vencidos ou inscritos em dívida ativa.

RECOMENDAÇÃO 6

• Implantar e implementar procedimentos visando o aperfeiçoamento da cobrança administrativa de créditos tributários vencidos ou inscritos em dívida ativa, por exemplo, adotando-se protesto de títulos e inclusão de devedores em serviço de proteção ao crédito.

ACHADO 7

Ausência de procedimento formal (processo administrativo) para cancelamentos dos créditos tributários e da dívida ativa tributária.

RECOMENDAÇÃO 7

• Implantar e implementar procedimentos de controle para que os cancelamentos de créditos tributários atendam aos seguintes requisitos: sejam formalizados em processo administrativo que contenha a motivação, a fundamentação legal e a autorização expressa da autoridade legalmente designada para autorizar o cancelamento.

ACHADO 8

Concessão de benefício tributário relacionado ao ISSQN e à dívida ativa tributária, dos quais decorreram renúncia de receita, não adequada ao artigo 14 da LRF.

RECOMENDAÇÃO 8

• Incluir a estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes no ato de concessão do benefício;

• Para os benefícios não previstos na LOA e sem comprovação de não afetação às metas fiscais, implementar as medidas de compensação, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição;

• Incluir a previsão das renúncias de receitas, decorrentes dos benefícios tributários, no Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita componente do Anexo de Metas Fiscais da LDO (Tabela 7 do MDF da STN);

• Elaborar o Demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia, componente da LOA do exercício em que foi implementado o benefício.

ACHADO 9

Os valores dos créditos tributários a receber registrados nos sistemas tributário e contábil não são correspondentes.

RECOMENDAÇÃO 9

• Implantar e implementar procedimentos de conciliação e controles para que os valores de créditos tributários a receber pendentes de inscrição em Dívida Ativa registrados no sistema contábil sejam consistentes com aqueles registrados no sistema tributário.

• Avaliar a implantação e implementação das seguintes funcionalidades no sistema tributário : (i) Relatórios gerenciais que possibilitem a discriminação de cada baixa realizada em um determinado período e por tipo de dívida (lançada, exigível/vencida ou em dívida ativa), contendo informações completas da dívida e dos valores (principal, juros e outros acréscimos) devidos e efetivamente pagos, usuário que realizou a baixa e

número do processo administrativo que o autorizou, de forma a subsidiar o controle interno e a conciliação a ser realizada periodicamente com a contabilidade; (ii) ferramentas exclusivas para baixa manual por pagamento de créditos tributários e individualizadas para os já inscritos em dívida ativa e os ainda não inscritos (apenas lançados); (iii) mecanismo de validação entre o campo “número de processo” da tela de baixas manuais (de lançamentos e de dívida ativa) e a lista de processos abertos no sistema de protocolo, de forma a garantir que nenhum usuário possa completar uma baixa manual sem a inserção de um número de processo já aberto no sistema de protocolo;

Fiscalizar a correta execução dos serviços contratados junto a empresa fornecedora do sistema de informação tributário.

ACHADO 10

Atividades da administração tributária exercidas por agente incompetente ou em desvio de função.

RECOMENDAÇÃO 10

• Assegurar que os servidores do setor de tributação que realizam atividades típicas da função (lançamento, fiscalização, etc) sejam somente aqueles pertencentes à carreira específica da administração tributária.

Município

Itaipulândia

descrição

PAF 2018 OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 194362/18

ACHADOS

• Medição e aceite de serviços cuja qualidade não atende ao especificado nos projetos e normas técnicas, resultando em dano ao erário.

• Medição de serviços em quantidades maiores do que as efetivamente executadas, resultando em dano ao erário.

• Fiscalização inadequada.

Município

Ramilândia

descrição

PAF 2017 EDUCAÇÃO

ACHADOS:

• Inexistência/Ineficácia dos procedimentos de busca ativa para identificação e matrícula das crianças de 4 a 5 anos de famílias que não buscaram vaga de forma voluntária;

• Espaços físicos inadequados para o atendimento dos alunos matriculados na educação infantil;

• Ausência de licença válida do Corpo de Bombeiros das unidades de educação infantil;

- Acesse as PÁGINAS 26, 27, 28 E 29 do relatório e confira as recomendações do TCE-PR para corrigir esses achados.

Município

Céu Azul

descrição

PAF 2018 EDUCAÇÃO

ACHADO 1

Os espaços físicos não são adequados para o atendimento dos alunos do Ensino Fundamental.

RECOMENDAÇÃO 1

• Adequar os espaços físicos às normas sanitárias e de segurança exigidas pela SESA e ABNT;

• Obter licença válida do Corpo de Bombeiros para as unidades de ensino fundamental;

• Obter licença válida da Vigilância Sanitária para as unidades de ensino fundamental.

ACHADO 2

A merenda fornecida não é adequada para o atendimento dos alunos do Ensino Fundamental.

RECOMENDAÇÃO 2

• Planejar a aquisição e utilização dos produtos conforme a data de validade.

ACHADO 3

O transporte escolar fornecido não é adequado ao atendimento dos alunos do Ensino Fundamental.

RECOMENDAÇÃO 3

• Adequar os veículos às normas de trânsito e de segurança;

• Obter o documento atualizado de Inspeção de cada um dos veículos de transporte escolar utilizados pelos alunos do Ensino Fundamental do Município e Estado.

ACHADO 4

Inexistência de controles que assegurem tempestivamente a substituição de professores no caso de afastamento ou desligamento previsíveis.

RECOMENDAÇÃO 4

• Adoção de alguma forma de contratação prévia de professores eventuais/substitutos;

ACHADO 5

Relação inadequada entre o número de alunos por professor.

RECOMENDAÇÃO 6

• □ Adequação das turmas do ensino fundamental ao estabelecido na Instrução Normativa nº 6/2017 - SEMED.

ACHADO 6

Inexistência de oferta regular de programas culturais com livre participação (extracurricular).

RECOMENDAÇÃO 6

• Instituição de programas culturais regulares com livre participação, tais como teatro, produção audiovisual, música, orquestra, coral ou danças.

ACHADO 7

Inexistência de políticas para realizar a transição do 5º para o 6º ano do Ensino Fundamental.

RECOMENDAÇÃO 7

• Capacitar professores e pessoal envolvido na transição entre o 5º e 6º anos;

• Realizar reunião com os pais/responsáveis dos alunos do 5º ano para falar do processo de transição;

• Promover a interação, ainda que via representantes de sala, entre os alunos do 6º ano das escolas estaduais com os do 5º ano nas escolas municipais, para troca de experiências e elucidação de dúvidas referentes à transição;

• Realizar visita dos estudantes do 5º ano às escolas estaduais, para conhecerem um novo ambiente, professores, organização e funcionamento de uma escola estadual;

• Realizar encontro de professores do 5º e do 6º ano para trabalhar a temática da passagem e fazer ajustes de expectativas de aprendizagem.

ACHADO 8

Inexistência de acompanhamento individualizado de alunos em situação de distorção idade-série.

RECOMENDAÇÃO 8

• Instituição de avaliação psicológica para avaliar o desenvolvimento cognitivo do aluno, as atividades que realiza sozinho e as que realiza por mediação, bem como as questões sociais ou familiares externas ao ambiente escolar que impactem no desempenho escolar;

• Instituição de acompanhamento individualizado para todos os alunos em situação de distorção idade-série;

• Construção de critérios pedagógicos de acompanhamento individualizado de alunos em situação de distorção idade série, a partir de competências e habilidades desejáveis para o nível de desenvolvimento cognitivo;

• Instituição de estratégias pedagógicas compatíveis com a realidade dos alunos a partir dos diagnósticos decorrentes dos acompanhamentos individualizados e das avaliações psicológicas, com o objetivo de garantir efetivo aprendizado e correção da situação de distorção idade-série;

ACHADO 9

Inexistência de políticas de inclusão étnica e social no ambiente escolar.

RECOMENDAÇÃO 9

• Incluir no conteúdo programático das escolas o ensino sobre cidadania e direitos humanos e sobre a política para mulheres;

• Incluir no Projeto Político-Pedagógico de cada escola metas e objetivos que envolvam o ensino sobre o Plano Estadual de Política para Mulheres.

ACHADO 10

Inexistência de políticas de prevenção e enfrentamento da violência no ambiente escolar.

RECOMENDAÇÃO 10

• Inclusão de metas e diretrizes que visem o enfrentamento à violência no ambiente escolar, especialmente a intimidação sistemática (Bullying), no Projeto Político-Pedagógico das escolas;

Município

Matelândia

descrição

PAF 2016 RPPS

EXECUTIVO

ACHADO 01

• Aplicação de limite de contribuição previdenciária sem a criação do respectivo regime de previdência complementar.

RECOMENDAÇÃO 01

• Apurar os valores das contribuições previdenciárias patronais e dos servidores que, por conta da aplicação do limite máximo da Lei Municipal nº 3.165/2014, deixaram de ingressar nos cofres do Fundo de Municipal de Previdência do Município de Matelândia, inclusive relativo aos períodos

anteriores ao da abrangência da Auditoria; Calcular os encargos de correção monetária e juros, observando, no mínimo a mesma remuneração proposta nas metas atuariais para cada período de referência; Recolher os valores, devidamente atualizados, aos cofres do Fundo de Municipal de Previdência do Município de Matelândia ou firmar parcelamento de débito dentro dos termos definidos pela Portaria MPS nº 402/2008.

FUNDO PREVIDENCIÁRIO

ACHADO 01

• Alocação de recursos sem a observância dos limites por segmento de aplicação – Renda fixa, Renda Variável e Imóveis – estabelecidos na Resolução 3.922/2010-CMN.

RECOMENDAÇÃO 01

• Correção das aplicações dentro dos limites do marco legal e de acordo com a Política de Investimentos definida para o ano de 2016.

ACHADO 02

• Ausência/Insuficiência de divulgação das informações acerca do gerenciamento dos recursos.

RECOMENDAÇÃO 02

• Adoção de procedimentos por parte do RPPS para que sejam cumpridos os requisitos de publicidade e transparência exigidos pelo Ministério da Previdência Social.

Município

Medianeira

descrição

PAF 2016 RPPS

EXECUTIVO

ACHADO 01

•Aplicação de limite de contribuição previdenciária sem a criação do respectivo regime de previdência complementar.

RECOMENDAÇÃO 01

• Apurar os valores das contribuições previdenciárias patronais e dos servidores que, por conta da aplicação do limite máximo da Lei Municipal nº 473/2015, deixaram de ingressar nos cofres do Fundo de Municipal de Previdência do Município de Medianeira, inclusive relativo aos períodos anteriores e posteriores ao da abrangência da Auditoria; Calcular os encargos de correção monetária e juros, observando, no mínimo a mesma remuneração proposta nas metas atuariais para cada período de referência; Recolher os valores devidos, devidamente atualizados, aos cofres do Fundo de Municipal de Previdência do Município de Medianeira ou firmar parcelamento de débito dentro dos termos definidos pela Portaria MPS nº 402/2008; Revogar a Lei Municipal nº 473/2015.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA

ACHADO 01

• Alocação de recursos sem a observância dos limites por segmento de aplicação – Renda fixa, Renda Variável e Imóveis – estabelecidos na Resolução 3.922/2010-CMN.

RECOMENDAÇÃO 01

• Correção das aplicações dentro dos limites do marco legal e de acordo com a Política de Investimentos definida para o ano de 2016.

ACHADO 02

• Ausência/Insuficiência de divulgação das informações acerca do gerenciamento dos recursos.

RECOMENDAÇÃO 02

• Adoção de procedimentos por parte do RPPS para que sejam cumpridos os requisitos de publicidade e transparência exigidos pelo Ministério da Previdência Social.

Detalhes do Google Maps

Medianeira, PR, 85884-000

Visualizar no Google Maps

Município

Serranópolis do Iguaçu

descrição

PAF 2018 CONTROLES INTERNOS

EXECUTIVO

ACHADO 1

Deficiências nos controles sobre os procedimentos de autorização, registro e pagamento de horas extraordinárias.

RECOMENDAÇÃO 1

• Implementar controle de frequência dos servidores que reflita o horário condizente com a jornada;

• Efetivar os pagamentos de horas extras conforme os registros de controle de frequência;

• Observar o limite máximo diário de horas extras previsto na legislação;

• Implementar procedimentos para que o pagamento de horas extraordinárias contemple:

a) a autorização prévia do Secretário Municipal ao qual o servidor é vinculado contendo justificativa da situação excepcional; e b) avaliação pelo Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças quanto à adequação das justificativas apresentadas.

ACHADO 2

Deficiências nos controles sobre o registro das férias dos servidores

RECOMENDAÇÃO 2

• Implementar registro sobre as férias dos servidores, contendo no histórico funcional os períodos aquisitivos, os dias usufruídos e não gozados, bem como a data de pagamento do terço constitucional de férias.

ACHADO 3

Deficiência dos controles sobre a formação do preço de referência em licitações.

RECOMENDAÇÃO 3

• Utilizar mais de uma fonte em cada pesquisa de preços, como, por exemplo:

a) Portais de compras governamentais, como o do Governo Federal (Painel de Preços - MPDG) ou do Estado do Paraná (Preços Registrados - SEAP);

b) contratações similares firmados por outros entes da Administração Pública, além de contratações anteriores do próprio órgão;

c) atas de registro de preços da Administração Pública;

d) publicações especializadas;

e) cotações com fornecedores em potencial; e

f) sites especializados, desde que de amplo acesso, fazendo constar a data e horário da consulta;

g) o aplicativo Menor Preço, desenvolvido pelo Governo do Estado do Paraná.

• Elaborar documento (mapa de preços) que consolide as pesquisas de preços e contenha, no mínimo, as seguintes informações:

a) os servidores responsáveis pela pesquisa;

b) os preços coletados e as respectivas fontes;

c) a metodologia adotada (ex: média, mediana ou menor preço); e

d) o resultado obtido (preço de referência).

ACHADO 4

Deficiência na fiscalização sobre a execução dos contratos.

RECOMENDAÇÃO 4

• Estabelecer rotina para fiscalização dos contratos mediante a adoção de registros (relatórios, planilhas, etc.);

• Designar como fiscal de contrato servidor que tenha conhecimento sobre o objeto do contrato ou lotado na unidade requisitante do bem ou serviço.

ACHADO 5

O parecerista jurídico não verifica a existência de justificativa para a celebração de termos aditivos.

RECOMENDAÇÃO 5

• Verificar a existência prévia de nova pesquisa de preço do setor competente para a emissão de parecer jurídico quanto à prorrogação de prazo contratual;

• Verificar a existência prévia das informações qualitativas e quantitativas detalhadas que comprovem o desequilíbrio para a emissão de parecer jurídico quanto ao reequilíbrio-financeiro do contrato.

ACHADO 6

Deficiência dos controles de estoque físico dos medicamentos da farmácia.

RECOMENDAÇÃO 6

• Realizar o levantamento periódico dos medicamentos da farmácia (contagem física) e averiguar a exatidão dos registros de estoque.

ACHADO 7

Deficiência dos controles sobre os bens móveis da entidade.

RECOMENDAÇÃO 7

• Implementar rotina de registro de todos os bens móveis adquiridos;

• Fixar plaquetas de identificação em todos os bens móveis permanentes;

• Implementar controle de movimentação dos bens com atribuição de responsabilidade pela sua guarda.

ACHADO 8

Deficiência dos controles sobre o registro na contabilidade de todas as contas bancárias da entidade na contabilidade.

RECOMENDAÇÃO 8

• Realizar a conferência com periodicidade mínima semestral entre as contas bancárias registradas na contabilidade e as existentes nas instituições financeiras.

ACHADO 9

Deficiência dos controles sobre as diferenças entre os saldos contábil e bancário.

RECOMENDAÇÃO 9

• Realizar a conciliação bancária periodicamente contendo o detalhamento das pendências;

• Acompanhar a regularização das pendências inscritas em conciliação bancária

---

ACHADO 10

Deficiência dos controles realizados pela Controladoria Interna

RECOMENDAÇÃO 10

• Realizar auditorias internas periódicas de avaliação dos controles internos dos processos de trabalho da entidade.

LEGISLATIVO

ACHADO 1

Deficiência dos controles realizados pela Controladoria Interna.

RECOMENDAÇÃO 1

• Realizar auditorias internas periódicas de avaliação dos controles internos dos processos de trabalho da entidade.

Município

São Miguel do Iguaçu

descrição

PAF 2017 SAÚDE

ACHADOS:

• Insuficiência de diretrizes, objetivos e metas concretas vinculadas ao acesso;

• Horário de funcionamento das unidades de saúde incompatível com as demandas de acesso da população;

• Ausência de atendimento médico e/ou de enfermagem durante o período de funcionamento das unidades de saúde;

• Agenda de trabalho dos profissionais de saúde que cria barreiras ao acesso resolutivo dos usuários do SUS;

• Carteira de serviços ofertados pelas unidades de saúde insuficiente para atender as demandas da população;

• Carteira de serviços ofertada pelas unidades de saúde que não garantem a resolutividade das demandas de atenção básica da população;

• Qualidade da estrutura física das unidades de saúde insuficiente para o atendimento pleno da demanda de atenção básica do Município;

- Acesse as PÁGINAS 29 E 30 do relatório e confira as recomendações do TCE-PR para corrigir esses achados.

Município

Santa Terezinha de Itaipu

descrição

PAF 2017 RECEITA PÚBLICA

ACHADOS:

• Inexistência de procedimentos de acompanhamento ou de fiscalização em face dos contribuintes enquadrados no SIMPLES NACIONAL;

• Inexistência de procedimentos de acompanhamento ou de fiscalização do ISSQN sobre serviços tributáveis de instituições financeiras e/ou de cartórios;

• Ausência de planejamento das fiscalizações tributárias;

• Ausência de monitoramento /acompanhamento pelo município da arrecadação do ISSQN;

• Ausência de controle dos prazos de inscrição dos créditos em dívida ativa para efeito de ajuizamento de execução fiscal;

• Ausência de procedimento formal (processo administrativo) para cancelamentos dos créditos tributários do ISSQN e da dívida ativa tributária e Irregularidade na concessão no cancelamento de créditos tributários;

• Irregularidade ou Inexistência de procedimentos de cobrança administrativa de créditos tributários não pagos;

• Ausência de verificação da legalidade, certeza e liquidez dos créditos inscritos em dívida ativa tributária;

• Concessão de benefícios tributários, relacionados ao ISSQN e a dívida ativa tributária, sem observância dos requisitos legais;

• Fragilidade no controle de acesso de usuários do sistema informatizado tributário;

• Inconsistência no registro contábil dos créditos tributários;

• A estrutura da administração tributária municipal é insuficiente para a efetiva cobrança dos créditos tributários;

- Acesse das PÁGINAS 26 a 34 do relatório e confira as recomendações do TCE-PR para corrigir esses achados.